

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: UMA ENTREVISTA COM GILVAN MÜLLER DE OLIVEIRA

Gilvan Müller de Oliveira¹

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística

REVEL – O que se entende hoje por “Políticas Linguísticas”? Que tipo de trabalho um linguista que atua nessa área desenvolve?

GILVAN – Em primeiro lugar considero necessário fazer uma distinção entre as instâncias que fazem políticas linguísticas e as que tradicionalmente estudam as políticas linguísticas, isto é, que fazem o que Louis-Jean Calvet chamou de *Politologia Linguística*. Trata-se de dois fazeres muito diferentes e que às vezes se tocam. Entendo que as políticas linguísticas são uma área das políticas públicas, concebidas e executadas por instituições que têm ingerência na sociedade, como os Estados, os governos, as igrejas, as empresas, as ONGs e associações, e até as famílias.

A maior parte das políticas linguísticas são realizadas sob outros nomes, embutidas dentro de outras políticas, de modo que podem não ser imediatamente identificáveis. Isso não ocorre por um suposto *secretismo* dos agentes de políticas linguísticas – os Estados, por exemplo – mas porque as línguas e os seus usos estão conectados a todo o agir social do homem. Assim, uma política de saúde ou de defesa, de transporte ou editorial pode ter implicações sobre os usos das línguas e gerar demandas para intervenções sobre as próprias línguas.

¹ <http://lattes.cnpq.br/9618049727220182>.

Uma grande parte das políticas linguísticas não são feitas por linguistas ou mesmo com a participação de linguistas, e a maior parte dos linguistas profissionais, por exemplo no Brasil, pode não se envolver diretamente com a concepção e execução de políticas linguísticas, embora o seu fazer muitas vezes possa ser usado para determinadas políticas, por exemplo para instruí-las ou legitimá-las.

Em parte isso ocorre porque a *mainstream* da linguística do século XX, que teve como uma das suas preocupações centrais a de constituir uma ciência – ciência entendida dentro de uma ótica mais ou menos positivista (e que não pode por isso, naturalmente, incluir o político) – atuou na direção contrária: fez um esforço para separar a linguística da política, da cultura e da história – e também das demais ciências humanas – e para produzir uma visão cada vez mais imanentista e sistêmica – estrutural – da língua, focada no código. Evidentemente isso influenciou gerações de linguistas profissionais, e acabou conduzindo ao desenvolvimento uma linguística de perfil mais teórico, e mais ou menos restrita ao campo universitário.

Costumo contar que quando fiz o bacharelado em linguística, na minha graduação, no início dos anos 1980, tive 53 disciplinas na área, mas nunca ouvi falar em política linguística, área acadêmica com a qual fui me familiarizar minimamente apenas no mestrado na Alemanha na segunda metade da mesma década. Não era algo corriqueiro, naquele momento, que se pensasse que numa graduação em linguística houvesse a necessidade de tratar de política linguística, ou de mostrar ao estudante que são *tomadas decisões sobre as línguas e realizadas ações sobre as línguas*, isto é, que as línguas são também moldadas pela *intervenção* humana.

A universidade, por outro lado, como sabemos, é um campo com lógica própria na sociedade, como diria Bourdieu. Tanto é que a maioria dos linguistas que conheço são professores universitários, e é dentro da universidade que fazem as suas carreiras e constroem as suas práticas profissionais. Para todos os fins, consideram-se muito mais professores universitários que linguistas.

Assim, considero importante ver o termo das duas perspectivas: da perspectiva das políticas linguísticas propriamente ditas, como políticas públicas, por um lado, e da

área acadêmica chamada de “Política Linguística” por outro, que, para a CAPES, é uma área da linguística, dentro da sub-área de sociolinguística ou de linguística aplicada, com uma história de uns 60 anos no meio universitário ocidental, e recém na adolescência no Brasil.

No entanto, dos anos 1980 para cá, a questão tem mudado bastante, e desde o início do século XXI tem crescido exponencialmente o interesse disciplinar pela política linguística no Brasil e no mundo em geral, o que chamei em outra oportunidade de “a virada político-linguística” nos estudos linguísticos.

A meu ver, o crescimento do interesse pelas políticas linguísticas, e igualmente pela área acadêmica chamada política linguística, tem relação com pressões da sociedade brasileira sobre o Estado após o processo de redemocratização, plasmado pela Constituição de 1988. Essa “nova república” que se inicia mais concretamente naquele momento, e tem hoje quase 30 anos, com altos e baixos (até mais baixos que altos) interrompeu o processo autoritário do Regime Militar e quis introduzir modificações no Brasil, quis introduzir um modelo mais inclusivo de cidadania, mais aberto ao reconhecimento da diversidade e da legitimidade das diferenças culturais e linguísticas dos brasileiros.

A nova república quis mudar algumas compreensões que o Brasil tinha sobre si mesmo, tanto para acompanhar o movimento mundial de reconhecimento do direito de ser diferente como para atualizar o conceito de cidadania, essencial para o funcionamento de uma democracia, e isto precisava ser feito com a revisão das compreensões mais tradicionais sobre o país e sobre os brasileiros.

Essa movimentação trouxe à luz diferentes políticas de inclusão, de fomento à diversidade, de reconhecimento de direitos culturais, de internacionalização, de desnaturalização, enfim, dos pressupostos da “Ilha Brasil”, monolíngue e monocultural, perfeitamente ocidental e cristã, estabilizada nos seus pressupostos pelo Estado Novo e depois pelo Regime Militar, e com um espaço público criado e mantido por meios de comunicação do nosso *mainstream*, em especial televisivos, de perfil ainda colonial e anti-democrático, e que restringem fortemente o conhecimento dos

brasileiros sobre o que acontece no mundo e até mesmo dentro da própria “Ilha Brasil”.

No bojo dessa movimentação, e para citar apenas aqueles com consequências linguísticas as mais palpáveis, houve a criação de programas governamentais para os indígenas, para os descendentes da imigração, para as fronteiras, a integração com os países vizinhos, para as línguas de sinais, a língua portuguesa no exterior, os brasileiros nas diásporas, a a necessidade de aprendizado de outras línguas, só para citar alguns poucos, programas que acabaram precisando de linguistas e atraindo a muitos deles, que tiveram já suas formações nesse novo quadro e que foram tocados pelo “bafo das multidões”, como diria Leminski. Uns adotaram, para esses novos desafios uma linha teórico-metodológica (heterogênea) cada vez mais chamada de “Política Linguística”, com autonomia conceitual e crescente espaço nos meios universitários brasileiros, enquanto outros tentam ainda adaptar as linhas teóricas do século XX ao novo contexto, na esperança de que elas sejam úteis para resolver os novos problemas.

O fato é que pouco a pouco a sociedade e o Estado foram abrindo as portas da universidade e cobrando pesquisas, assessorias, formações para os mais variados contextos, também no caso das línguas. Por outro lado a universidade foi também chamando a atenção para determinadas questões linguísticas que acabaram tendo repercussões na sociedade.

Gostaria de deixar claro que considero um avanço o que ocorreu com a linguística no século XX, que foi muito importante propor um objeto linguístico em nova chave em relação aos pressupostos da filologia e da literatura, ótica predominante no estudo das línguas no século XIX. Muito se aprendeu com a aventura epistemológica do estruturalismo e suas variantes. Se hoje, talvez, podemos construir políticas linguísticas mais adequadas, em parte é também porque temos um controle conceitual muito maior sobre o código linguístico, conseguimos fazer descrições mais refinadas, entender melhor a variação e mudança, a constituição das normas, entre outros aspectos, o que possibilita intervenções mais adequadas no seu corpus, por exemplo, e também no seu estatuto.

Trata-se, então, de colocar esses ganhos epistemológicos e metodológicos a serviço das sociedades, novamente citando Calvet, “porque afinal os homens não existem para servir às línguas mas as línguas para servir aos homens”. As políticas linguísticas nos dão uma conexão entre as línguas e todo o resto do universo humano, seus interesses, suas necessidades, suas visões de futuro.

Construir políticas linguísticas, então, é participar da construção do futuro das sociedades, e mais especificamente da nossa sociedade; fazer política linguística, pela própria noção de *intervenção sobre as línguas*, sem a qual ela não existe, é atuar para um mundo mais justo neste campo específico das línguas e dos seus usos, mais plural, mais democrático e mais aberto à ecologia de saberes humanos. É reconhecer que também no campo do uso das línguas há constantemente assimetrias de poder que favorecem a uns e calam os outros, assimetrias que constantemente combateremos com os instrumentos da planificação ou planejamento linguístico, numa guerra que finalmente não temos (historicamente) como ganhar definitivamente, mas na qual podemos vencer muitas batalhas importantes, “combatendo o bom combate”.

Difícilmente poderíamos dar hoje uma visão totalmente exaustiva sobre as variadíssimas iniciativas, trabalhos e pesquisas que merecem o nome de “políticas linguísticas”, dada a amplitude, e dado, ainda, que nos encontramos em plena revolução digital no campo das línguas, que traz tantas modificações para o campo.

REVEL – Em quais países os estudos de Políticas Linguísticas se encontram mais avançados?

GILVAN – Bem, para retornarmos à dicotomia que propus no início da entrevista, entre fazer política linguística e estudar as políticas linguísticas, acredito que podemos dizer, em primeiro lugar, que cada país tem a política linguística que necessita e que pode realizar. Dito assim, evidentemente, estou querendo dizer que não se pode fazer qualquer política linguística em qualquer lugar ou país simplesmente porque os fatores de poder, fatores geopolíticos, condicionam fortemente cada movimento. Então seria difícil falar de políticas linguísticas mais

avançadas ou mais atrasadas e mais adequado tentar entender como é que um Estado, por exemplo, tenta resolver um problema que se lhe coloca, com os meios de que dispõe, e no horizonte da sua governança e das limitações ideológicas da sua época e dos seus quadros gestores. Essa compreensão nos ajudará a intervir no sentido de tornar essas políticas mais democráticas e respeitosas da diversidade, se isso estiver ao nosso alcance.

Nesse caso encontraremos, nos diversos países, problemas e interesses políticos fundantes, que fazem com que o Estado e suas instituições, mas também o Mercado ou a sociedade civil, se concentrem em ações diversas no âmbito das políticas linguísticas. Para uns, como a Índia, foi preciso reconhecer uma multiplicidade de línguas para garantir a governança e a adesão ao Estado e diminuir os conflitos. Para outros, como o Brasil, a continuidade da dominação ideológica, econômica e militar do segmento lusobrasileiro sobre outros segmentos constitutivos da cidadania, garantiu a força para levar adiante a imposição do português como língua única, ainda que lentamente se tenha permitido algum avanço, bastante tímido ainda, de iniciativas para o plurilinguismo, como comentei acima.

Agora, em se tratando de estudos acadêmicos sobre as políticas linguísticas, evidentemente que o que acontece nas outras áreas universitárias também acontece nesta área: uma grande concentração de publicações em língua inglesa e nos países anglo-saxões, simplesmente porque eles tem universidades muito ágeis em organizar publicações com especialistas do mundo todo, isto é, em centralizar lá pesquisas feitas em inúmeros enquadres e países, editoras eficientes em distribuir os resultados e obter lucros com estes resultados e em quase monopolizar os olhares e hábitos dos acadêmicos do mundo todo que, assim, quase não se enxergam e conhecem entre si exceto passando pelos *centros de redistribuição* anglo-saxões ou, em menor escala, de outros países europeus.

Na minha prática acadêmica, tenho tentado sempre ter uma certa autonomia para diversificar estas relações. Assim, por um lado, represento a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no Programa de Políticas Linguísticas do Núcleo de Educação para a Integração (NEI) da AUGM Associação de Universidades do Núcleo

Montevideu (<http://grupomontevideo.org/sitio/>) que reúne 56 grupos universitários que pesquisam políticas linguísticas na macrorregião do MERCOSUL, publica uma revista especializada e realiza a cada dois anos um *Encontro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas* das universidades públicas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, como o que ocorreu em Córdoba, Argentina, em setembro do ano passado. É uma forma de nos conhecermos diretamente, colaborarmos, estabelecer pautas de pesquisa nossas, relevantes para a nossa Região.

Por outro lado, tenho tido a oportunidade de participar em eventos organizados pelo *Programa Informação para Todos* (IFAP) da UNESCO, em especial na Rússia, como por exemplo, entre outros, o *UGRA Expert Meeting on Multilingualism in the Cyberspace*, realizado na Região Autônoma de Kanthy-Mansiysk, atrás nos Montes Urais, em 2015, para as quais afluem pesquisadores de mais de 30 países, muitos deles de países sobre os quais temos pouca informações aqui, como os da Ásia Central, e que tem tradições muito interessantes de estudo das políticas linguísticas. Como o IFAP/UNESCO está neste momento realizando as discussões para a elaboração do *Atlas das Línguas do Mundo*, que virá a substituir o *Atlas Mundial das Línguas Ameaçadas* (<http://www.unesco.org/languages-atlas/>), temos aí um observatório privilegiado sobre o que acontece em muitas regiões do mundo, através de um contato direto com os pesquisadores.

Finalmente, no ano passado fui eleito secretário executivo adjunto da Rede Internacional para a Diversidade Linguística MAAYA, presidida pelo ex-Ministro da Educação do Mali e criador da Academia Africana das Línguas (ACALAN), da União Africana, Adama Samassekou, e que é também uma rede diversificada de pesquisadores de todos os continentes.

Assim, penso que seria importante que os nossos pesquisadores tentassem, na medida do possível, estabelecer e fortalecer relações acadêmicas com redes menos concentradas em dois ou três países, para que pudéssemos criar uma cooperação acadêmica mais diversificada, aprender e ensinar nesses ricos contextos.

REVEL – Em 1999, o senhor ajudou a fundar o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL) e, entre 2010 e 2014, o senhor esteve na direção do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Pode nos contar como foram essas experiências? Qual é a importância do IPOL, e do IILP para a comunidade de países lusófonos?

GILVAN – É difícil contar essas experiências de anos assim muito concisamente, mas aprecio muito o percurso que tive junto ao IPOL e ao IILP porque me permitiu participar de muitas formas na elaboração e na execução de políticas linguísticas, com o que aprendi e refleti muito sobre o campo.

O IPOL, Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (<http://e-ipol.org/>), foi criado em 1999 por um pequeno grupo de pessoas que tinha alguma experiência ou vontade de se dedicar de forma mais específica ao campo. O grupo vinha da assessoria à educação escolar indígena e às suas línguas, do campo da educação popular, da reflexão sobre o ensino de línguas estrangeiras, e foi formado por brasileiros e argentinos. A participação argentina foi fundamental, porque eles tinham uma tradição bem mais consolidada, muitas reflexões e publicações, e também contatos com pesquisadores de outros países.

A partir da sua fundação o IPOL foi trabalhando no sentido de ser um “think tank” para as políticas linguística, para chamar a atenção do Estado para a questão do multilinguismo, induzi-lo – *doucement*, quando possível – à criação e execução de políticas, colocando-se em posição de ajudar na elaboração e implementação dessas políticas, além de refletir e escrever sobre as experiências, para registrar as experiências, e de modo que ficasse cada vez mais patente a importância das línguas para a construção da inclusão social e de uma cidadania ampliada. Como eu dizia acima, o objetivo sempre foi o de construir um Brasil e uma América Latina diferente do/da que tínhamos, identificar fraturas e tensões que permitissem avançar no sentido de reconhecer o país como plurilíngue.

Associo o meu percurso junto ao IPOL com os projetos que conseguimos encaminhar, e que marcam hoje, já, um pouquinho da história das políticas linguísticas brasileiras. Afinal, política linguística, finalmente, não é a prática de intervir no campo de funcionamento das línguas? Então procuramos e localizamos onde as decisões sobre as línguas são tomadas, e de que modo podíamos colaborar para qualificar politicamente e tecnicamente as decisões e os programas delas decorrentes. Dividimos o campo das políticas linguísticas, estrategicamente, em programas: línguas indígenas, línguas alóctones ou de imigração, ensino do português, línguas estrangeiras, no caso das políticas linguísticas internas, e Mercosul e Lusofonia, como um horizonte de atuação, digamos, no campo das políticas linguísticas externas. Isso foi há 15 anos, mais ou menos no ano 2000, e desde lá o IPOL atuou em projetos em todos estes campos, que colocam as línguas, como o nome diz, numa relação de *gestão* por um Estado ou por um conjunto de Estados. Havendo *gestão de línguas*, há programas, ações, legislação, financiamentos, capacitação de quadros, enfim, há *intervenção* e aí está o canteiro onde nascem e crescem as políticas linguísticas.

O primeiro trabalho em que o IPOL pode participar mais concretamente foi um conjunto de projetos no município de Blumenau, em Santa Catarina, junto com a Secretaria Municipal de Educação, num leque de ações que foi desde a criação do primeiro sistema de escolas bilíngues públicas não-indígenas do Brasil (9 escolas multisseriadas rurais alemão-português e uma escola bilíngue polonês-português) até a criação do Conselho Municipal da Língua Alemã, passando pela formação continuada de professores de línguas do município (alemão, inglês e português) e pela valorização do alemão falado no Vale do Itajaí em seminários, um deles intitulado, por exemplo “Silenciamento linguístico: 60 anos de repressão à língua alemã em Santa Catarina”. Ali foi possível, em dois anos, visualizar políticas que ajudariam a tornar a região, outra vez, uma área bilíngue português-alemão, políticas, no entanto, que não tiveram continuidade depois da mudança do governo municipal ocorrida em 2004.

Três políticas linguísticas muito importantes que o IPOL teve a oportunidade de iniciar, ou de participar mais intensamente, foi a dos processos de *cooficialização de línguas em nível municipal*, iniciada em 2002 em São Gabriel da Cachoeira, no

Amazonas, a do *Projeto Escolas Interculturais Bilingues de Fronteira* (PEIBF) do Setor Educacional do MERCOSUL (MEC Brasil), em parceria com a Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, iniciado em 2005 e a do *Inventário Nacional da Diversidade Linguística* (INDL), a partir de 2006, e que conduziu aos inventários de línguas e ao reconhecimento de línguas brasileiras como patrimônio cultural do Brasil.

Hoje a cooficialização de línguas em nível municipal, através de lei promulgada pela câmara de vereadores, é um verdadeiro movimento social no Brasil, que conta já com 11 línguas oficializadas em 19 municípios, 7 línguas indígenas e 4 línguas alóctones ou de imigração, em sete estados brasileiros nas regiões norte, centro oeste, sudeste e sul. Em 2015 esses diversos municípios e outros com potencial de oficializar as línguas faladas, às vezes majoritariamente, pelos munícipes, encontraram-se em Florianópolis no I Encontro Nacional dos Municípios Plurilíngues (I ENMP) para discutir a regulamentação das leis e a sua implementação. Especialmente para este encontro foi organizado por Rosângela Morello, coordenadora geral do IPOL, o livro *Leis e Línguas no Brasil*, que reúne o corpo legislativo dos municípios e faz várias discussões sobre esta política.

Quanto ao Inventário Nacional da Diversidade Linguística, administrado pelo IPHAN/MINC, o IPOL foi um estimulador de primeira hora para a criação do programa, a partir de 2006, através de contato com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, à época presidida pelo Deputado Carlos Abicalil, para iniciar as conversações com o IPHAN no sentido de reconhecer que também as línguas faladas pelos brasileiros, isto é, as *línguas brasileiras* (índigenas, de imigração, de sinas, crioulos, etc) são patrimônio cultural da nação, as línguas de todos os grupos sociais que contribuíram para a construção do país. Foi um longo percurso de discussão político-linguística, numa época em que o IPHAN ainda tinha muitas dificuldades conceituais com este novo âmbito de trabalho.

No projeto Escolas Interculturais Bilingues de Fronteira (PEIBF), que nasceu por iniciativa argentina a partir de acordos entre os Presidentes Kirchner e Lula em 2005, assessoramos a Secretaria de Educação Básica do MEC na criação do quadro

conceitual e jurídico do projeto, sempre em trabalho conjunto com a Argentina, no início, e depois também com o Paraguai, Uruguai e Venezuela, para onde o projeto se expandiu. Coordenei na época a equipe de assessoria do IPOL, que se deslocava permanentemente nas fronteiras, entre o Chuí, no Rio Grande do Sul e Pacaraima, em Roraima, passando por várias outras cidades gêmeas nas fronteiras do Brasil com os países citados, mas também em Brasília e Buenos Aires, sobretudo, nas reuniões de planejamento dos ministérios de educação envolvidos. Fazíamos a formação docente dos professores responsáveis pelo “cruze”, a estratégia central do projeto, pela qual as *maestras* argentinas cruzavam a fronteira para o Brasil e ensinavam em espanhol para as crianças brasileiras, enquanto no mesmo horário as professoras brasileiras atravessavam e ensinavam aos alunos argentinos em português, desenvolvendo projetos didáticos bilíngues em comum, através do *ensino via pesquisa*. Foi um projeto que refletiu uma forma nova de olhar para a fronteira e para os milhões de cidadãos que vivem na faixa de fronteira, bem como para os nossos vizinhos, através da integração das comunidades de aprendizado que são as escolas.

Em 2010 fui convidado para ser diretor executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), situado na cidade da Praia, capital de Cabo Verde, um cargo que é ocupado de forma rotativa por linguistas dos 9 estados membros da organização. De 2010 a 2014 coube ao Brasil ter, então, o cargo de direção. O sítio do IILP na Internet é o <http://www.iilp.cplp.org/>

Essa indicação se deu porque desde 2006 fiz parte da COLIP, a *Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa*, da Secretaria de Educação Superior (SESU) do MEC, que chamávamos apenas de Comissão da Língua Portuguesa, junto com um grupo de linguistas brasileiros, vários deles que tinham sido meus professores, e que tinha como propósito central realizar os estudos e discussões para a criação e o estabelecimento do *Instituto Machado de Assis*, o órgão brasileiro que ia cuidar da promoção da língua portuguesa no exterior.

No bojo da COLIP foi possível discutir muitos dos tópicos que depois seriam relevantes no meu trabalho junto ao IILP e se enfrontar com as políticas linguísticas externas. Mais do que isso, a COLIP assumiu também o papel de Comissão Nacional Brasileira do IILP (cada país tem a sua comissão nacional, já que o IILP é uma organização internacional), e com esse papel pude acompanhar a coordenação em viagens a Portugal para os trabalhos de atualização do regimento do IILP, na sede da CPLP, ou para assistir aos debates parlamentares na Assembleia da República Portuguesa sobre o Acordo Ortográfico de 1990. Fui ainda duas vezes Cabo Verde, como membro da Comissão Nacional Brasileira do IILP, em reuniões do Conselho Científico da instituição, de modo que passei a ter um bom conhecimento dos objetivos e dos modos de funcionamento do instituto, e conseqüentemente me habilitei a ser escolhido como diretor executivo quando a vez coube ao Brasil.

O Instituto Machado de Assis (IMA) nunca foi criado, e parti para Cabo Verde em 2010, logo após ter sido realizada, em Brasília, a I. Conferência Intenacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, que reuniu pela primeira vez os Ministros de Relações Exteriores dos Estados Membros da CPLP para um planejamento internacional da nossa língua comum, e que foi plasmado no *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção do Português* (PAB).

Foi esse documento muito importante, assinado pelos Presidentes das Repúblicas dos Estados Membros, que serviu de norte para a minha gestão à frente do IILP. O PAB atribuía ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa várias missões importantes, entre as quais eu destacaria a criação do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua não materna (PPPLE) e do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC).

O PPPLE (<http://www.ppple.org/>) é um plataforma digital comum a todos os países de língua portuguesa, e na qual cada um, através do trabalho das suas equipes técnicas, disponibiliza Unidades Didáticas para o ensino do português como língua não materna, a partir de uma metodologia consensuada. Hoje estão já no PPPLE quase 400 unidades didáticas de Angola, Brasil, Moçambique, Portugal e Timor-Leste, o que significa material para cerca de 800 horas-aula, que os professores do

mundo todo podem usar gratuitamente para montar os seus cursos de língua. Entre as novidades do Portal está a da superação da ideia de que o aluno de português como língua estrangeira tem que optar entre o português do Brasil e o português de Portugal apenas, porque o Portal permite, por exemplo, que um professor chinês de português ensine português pelas unidades didáticas de Moçambique, sem passar por Brasil ou Portugal, mas permite também que o professor ensine o português desde um percurso mais cosmopolita e internacional, usando unidades didáticas provenientes dos vários países, e fazendo o aluno deslocar-se entre a América, a Europa, a África e a Ásia, continentes onde a língua portuguesa é falada.

Já o VOC – Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, (<http://voc.iilp.cplp.org/>) é uma grande base de dados lexicais, decorrente do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (AO90), e que aplica as bases do AO90 a mais de 280 mil palavras da língua portuguesa. É constituído pelos Vocabulários Ortográficos Nacionais dos Estados Membros da CPLP, de modo que coleta contribuições lexicais dos vários países, mas mantém também, ao mesmo tempo a identidade nacional do léxico. Antes do VOC havia o vocabulário ortográfico do Brasil e de Portugal, e os demais países não possuíam um instrumento comparável. Negociamos a cedência, ao IILP, dos vocabulários brasileiro e português, eles foram compatibilizados em termos de disposição digital da base, e ao mesmo tempo iniciaram-se as construções dos Vocabulários Ortográficos Nacionais dos demais países, de modo que pude entregar o VOC, ao final do meu mandato, em julho de 2014, com os vocabulários do Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Timor-Leste já integrados.

Foi possível realizar ainda muitas outras ações no período da direção brasileira do IILP, que melhoraram a estrutura da instituição e lhe deram visibilidade; fiz palestras em 36 cidades em 15 países, organizamos Colóquios Internacionais sobre os temas estratégicos do Plano de Ação de Brasília em 4 países, envolvendo discussões sobre o português na Internet, nas organizações internacionais, nas diásporas, e no contexto do multilinguismo dos países da CPLP.

Trata-se de uma organização muito inovadora na sua concepção, e que permite ver o português como língua comum a 9 países, como uma verdadeira língua internacional, aos moldes do século XXI, mas ao mesmo tempo envolver a cada um dos países gestão da língua, no seu financiamento, de modo que a língua comum também seja expressão das identidades destes vários países que a têm como oficial. Foi sem dúvida um grande aprendizado para um linguista da área das políticas linguísticas poder atuar num órgão executivo como o IILP por quatro anos.

Nestas duas experiências, do IPOL e do IILP, pude atuar em políticas linguísticas concretas, uma orientação que procurei dar à minha prática profissional desde o meu primeiro emprego, como linguista, na Assessoria de Estudos e Pesquisas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), nos anos de 1985-6.

REVEL – Quais são alguns dos principais temas que ainda precisam ser discutidos em Políticas Linguísticas, em especial no cenário brasileiro? Como estão os estudos de Políticas Linguísticas no Brasil?

GILVAN – Políticas linguísticas são uma faceta das políticas públicas dos países, das organizações internacionais, das corporações e instituições, e nesse sentido são um fazer permanente do homem, sempre adaptadas à sua época, aos interesses geopolíticos, econômicos e culturais em jogo numa determinada fase histórica. Não se esgotam, mudam de foco; não se completam, estão sempre em construção. Então talvez essa pergunta queira focalizar esse atual momento histórico do Brasil, os desafios que estamos vivendo neste ano de 2016, ou nesta segunda década do século XXI.

Vou responder lançando mão da contribuição de Richard Ruiz, de 1984, no seu artigo *Orientations in Language Planning*, no qual apresenta três grandes perspectivas dentro das quais as políticas linguísticas funcionam, e que captam os esforços geopolíticos dos Estados na sua gestão do universo linguístico sob o seu poder ou alcance.

Ruiz divide o campo das orientações em três: Língua como Problema, Língua como Direito e Língua como Recurso. Se mapearmos as políticas linguísticas veremos que

em grande parte derivam de uma das três preocupações e transcorrem dentro de uma das três chaves.

Assim, quando o Estado Novo brasileiro instituiu a Campanha de Nacionalização do Ensino, com as suas ações de proibir o uso de línguas de comunidades descendentes da imigração, algumas delas, então, já faladas em território brasileiro há mais de cem anos, estava claramente vendo as *Línguas como Problema*. Quando a Constituição de 1988, no entanto, incluiu a temática indígena, nos artigos 210, 215, 231 e 232, e reconheceu aos índios “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” está no segundo quadro, que trata da Língua como Direito. Quando os países de língua portuguesa, finalmente, criam um instituto para promover a sua língua no exterior, tratam a Língua como Recurso, neste caso um recurso do “soft power”, político, diplomático, com desdobramentos econômicos.

Vivenciamos um momento histórico em que Língua como Direito e Língua como Recurso orientam grande parte das políticas linguísticas. Boa parte das ações do IPOL, acima mencionadas, foram possíveis, nos últimos 15 anos, dado o crescimento da ideia de que as comunidades têm direito ao uso das suas línguas. Mas ainda mais forte é a expansão das políticas que se orientam pela ideia de Língua como Recurso, em especial na relação com a internacionalização dos mercados, do fluxo de pessoas nas migrações internacionais, dos fluxos da informação e do conhecimento na Internet, em forma digital.

Parece ser verdade, como dizia Sylvain Auroux, que a digitalização das línguas e dos conteúdos expressos nas línguas é a terceira revolução tecnológica do campo linguístico, de uma importância comparável a da invenção da escrita e depois da invenção da gramática. Esta digitalização dos conhecimentos, em que a língua entra não apenas como veículo das informações, mas também como organizador dos conteúdos, como, por exemplo, ocorre no caso dos buscadores da Internet, que procuram diretamente pelos nomes linguísticos das coisas, modifica e aprofunda dramaticamente a compreensão de como e em que sentido as línguas são recursos.

Tive a oportunidade de discutir isso em um texto de 2009, publicado em 2010 na Revista Synergies Brésil com o título de “O lugar das línguas: a América do Sul e os novos mercados na Nova Economia”, e que serviu para o debate com o linguista francês Louis-Jean Calvet no encerramento do Ano da França no Brasil, ocorrido na Universidade de Brasília.

Os vários sentidos em que as línguas podem ser entendidas como recursos refletem-se na sua preparação para diversos fins, muitos deles surpreendentemente novos. O crescimento acelerado da necessidade de aprendizado de línguas estrangeiras, e a organização tecnologicamente diferenciada das oportunidades para este aprendizado, desde a proliferação das escolas bilíngues até os aplicativos de celular para ensino de línguas, a multiplicação do número de línguas oficiais nos mesmos espaços políticos, a preparação das línguas com uma multiplicidade de bancos de dados, voltados a torná-las aptas para funcionar nos novos aplicativos são alguns poucos exemplos desta tendência.

Estas tendências, associadas à internacionalização e à digitalização das línguas, devem ser fundamentais nas década que virão, e já estão modificando profundamente os instrumentos e dispositivos tradicionais desenvolvidos para as línguas na época pré-digital. Um exemplo é o da gramática, que está deixando de se orientar, em primeira linha, para um usuário humano, que a consulta quando tem alguma dúvida, para se orientar a um usuário máquina, que intervém já na escrita de um texto, aplicando conhecimentos de uma gramática desenvolvida para ela. Outro exemplo é o da fixação das normas linguísticas, num momento em que os Estados Nacionais já não são o alfa e o ômega do processo, mas tem que ceder soberania a organizações internacionais, ou de fonias, que realizam um trabalho de normatização no quadro de línguas pluricêntricas, compartilhadas por vários países. Ou ainda, em casos mais radicais, em que são empresas transnacionais que passam a normatizar crescentemente as línguas através dos seus programas de edição de textos e de outras aplicações das suas bases de dados digitais.

A própria noção de direito linguístico está, a meu ver, sendo modificada pela noção de língua como recurso, na medida em que já não basta poder falá-la ou escrevê-la,

mas é preciso ainda que ela também possa ser um veículo de inclusão digital, de modo a evitar a chamada “brecha digital” que separa aqueles que têm acesso à rede na sua própria língua daqueles que não têm. E, ainda, porque os países vão se transformando paulatinamente, em *hubs linguísticos* e deixando de ser os Estados Nação que foram um dia.

Assim, para abreviar a conversa, o que estou sugerindo é que a área mais dinâmica das políticas linguísticas nas próximas décadas, ocorrerá com as políticas da chave de Língua como Recurso, na gestão do multilinguismo e na criação de soluções plurilíngues onde antes se propunham soluções monolíngues.

Acredito, portanto, que precisamos ficar atento a estes acontecimentos e às novas políticas que daí decorrerão, e repito que estamos numa fase, no Brasil, de grande crescimento do interesse pela política linguística, exatamente pela percepção da necessidade de intervir no campo das línguas, num fenômeno que chamei, há uns anos atrás, como já disse no começo da entrevista, de a “virada político linguística”. Penso que a linguística do século XXI será grandemente e cada vez mais política linguística.

REVEL – O senhor poderia sugerir leituras no tema “Políticas Linguísticas” para os leitores da ReVEL?

GILVAN – Bem, são tantas as direções em que leituras podem ser feitas, isso vai depender dos interesses específicos dos leitores. No decorrer do texto citei alguns obras que podem ser relevantes, entre tantas, mas acho que em vez de passar uma bibliografia prefiro recomendar que as pessoas fiquem atentas em identificar as políticas linguísticas onde elas estão ocorrendo, olhar para a língua e as línguas com uma perspectiva política, que considera que as línguas não são fenômenos da natureza, mas profundamente moldadas pelas experiências humanas e sujeita, sempre, a intervenções de todo o tipo. E, claro, pensar que se estudamos as políticas linguísticas, se observamos as experiências passadas ou em curso, se escrevemos e analisamos o assunto, isto serve para que nos habilitemos a colocar em marcha um projeto de futuro, expresso em políticas públicas para maior inclusão cidadã, mais

democracia e menos desigualdade de acesso à produção de conhecimento por parte das diferentes comunidades linguísticas. O linguista, como outras profissões, é também chamado a contribuir com a construção de uma sociedade mais justa, é para isso que trabalhamos.